

## Extensão Universitária e Desenvolvimento Local - as incubadoras universitárias.

Hugo Coelho<sup>1</sup>

Investigador, CPES

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

### Resumo

No actual contexto de crise considera-se indispensável uma maior articulação da universidade com a sociedade. A universidade (seja ela pública ou privada) ao invés de se isolar dentro dos seus muros como historicamente tem ocorrido, poderá exercer um papel activo nos rumos e destinos do país, através das suas principais funções: ensino, investigação e extensão.

Este artigo aborda esta última função - a extensão universitária - demonstrando como esta pode desempenhar um contributo importante para processos e dinâmicas de desenvolvimento local, principalmente através das suas incubadoras universitárias e da articulação que estabelecem com organizações da Economia Social e Solidária e com indivíduos oriundos de comunidades com alto grau de exclusão social.

No presente artigo apresenta-se o conceito de extensão universitária socialmente responsável, ilustrando-se como exemplo a incubadora universitária ITES/UFBA, devido ao carácter inovador e diferencial da sua metodologia de incubação de redes locais de economia solidária em comunidades de alto grau de exclusão social no Estado da Bahia - Brasil. Esta incubadora difere de incubadoras empresariais, públicas e de incubadoras universitárias que têm como destinatários o mercado ou segmentos e grupos mercantis. A ITES/UFBA apresenta novas perspectivas e rumos para a extensão e praxis universitária, integrando nas suas actividades as 3 funções da Universidade (ensino, investigação e extensão), orientando-as para empreendimentos populares e solidários, de base colectiva e comunitária, contribuindo assim para a elaboração de políticas publicas de desenvolvimento local a partir da óptica da Economia Solidária.

### Abstract

The current crisis appears to appeal to a greater interaction between universities and society. The university (whether public or private) rather than isolate themselves within their walls as has historically occurred, may exercise an active role in the direction and destiny of the country, through its main functions: teaching, research and extension.

This article addresses this last function - university extension - demonstrating how it can play an important contribution to processes and dynamics of local development, mainly through their university incubators and their articulation with the Social Economy and Solidarity organizations and individuals from communities with high levels of social exclusion.

In this paper the concept of socially responsible university extension is presented and analyzed. An example

<sup>1</sup> É licenciado em Gestão (ISEG) e mestre em Desenvolvimento (ISCTE). Investigador do CPES enquadrado no Grupo de Investigação Economia Solidária para Alternativas Sustentáveis. Investiga sobre Extensão, Desenvolvimento Local e Economia Solidária. É presidente da Conectar Desenvolvimento & Inovação. (mail: hugo\_palma@yahoo.com)

of this concept is illustrated by the nature and processes used by the university incubator for the social economy (ITES) developed by the Universidade Federal da Bahia (Brasil). The ITES / UFBA has adopted an innovative methodology to incubate local networks of social and solidarity economy in communities of high degree of social exclusion in the Bahia State (Brazil). This incubator differs from business incubators, public and university incubators that have addressed the market or market segments and groups. The ITES / UFBA presents new perspectives and insights for university extension and praxis, integrating its activities in the 3 functions of the University (teaching, research and extension), directing them to popular and solidarity projects, collective and community-based, contributing in this way for the elaboration of public policies for local development from the perspective of the Solidarity Economy.

## 1. Introdução

Portugal vive nos tempos actuais desafios históricos impostos pelas crises das mais variadas naturezas - financeira, económica, política, social, ambiental, civilizacional, - requerendo por isso a mobilização de toda a sociedade na busca de soluções inovadoras e transversais.

Neste actual contexto torna-se necessária uma maior articulação da universidade com a sociedade. A universidade (seja ela pública ou privada) ao invés de se isolar dentro dos seus muros como historicamente tem ocorrido, poderá dar exercer um papel activo nos rumos e destinos do país, através das suas principais funções: ensino, investigação e extensão.

Este artigo aborda esta última função - a extensão universitária - demonstrando como esta pode desempenhar um contributo importante para processos e dinâmicas de desenvolvimento local, principalmente através das suas incubadoras universitárias e da articulação que estabelecem com organizações da Economia Social e Solidária e com indivíduos oriundos de comunidades com alto grau de exclusão social.

Deste modo, apresenta-se um programa inovador de extensão universitária realizado pela incubadora universitária ITES/UFBA (Universidade Federal da Bahia / Brasil) através da criação de redes locais de Economia Solidária, que visam promover a criação de emprego e de modelos alternativos de desenvolvimento local a partir da economia solidária.

A extensão em vez de ser menosprezada e esquecida (como tradicionalmente tem acontecido no seio académico) deve ser reforçada e institucionalizada internamente, renovando-se assim a *praxis* e o fazer universitário enquanto que, simultaneamente, fortalece-se a responsabilidade e o compromisso social da universidade.

Neste texto, sob a forma de rápidas anotações, abordaremos os seguintes aspectos:

- A extensão universitária socialmente responsável
- Modelos de Incubação e as especificidades das incubadoras universitárias
- A incubadora da Universidade Federal da Bahia (ITES / UFBA)
- As possibilidades da Economia Solidária em Portugal - metodologia de incubação associativa

## 2. A extensão universitária socialmente responsável

Como o próprio nome sugere, a Extensão Universitária, ocorre quando a Universidade “estende-se” à sociedade, enriquecendo e ampliando e alargando o seu campo de actuação e de intervenção: o ensino - a investigação - a extensão que pratica. Por

extensão entende-se todas as interacções, articulações e relações entre a universidade e o seu contexto envolvente.

A extensão universitária é uma das vias da instituição ir ao encontro de exigências e necessidades contemporâneas, interagindo e contribuindo no desenvolvimento da sociedade em geral, nomeadamente, na busca de soluções para o desemprego, a exclusão social, a desigualdade, a degradação ambiental, o êxodo rural, etc.

É uma função da universidade que efectiva a sua abertura por parte dos seus actores internos (estudantes, professores, investigadores, pró-reitorias, faculdades, núcleos, etc.) face a todos os segmentos que compõe a sociedade (entidades governamentais e públicas; mercado e indústria; sociedade civil e cidadãos individuais; comunidades).

Na América Latina a Extensão Universitária está mais desenvolvida que no contexto universitário europeu, onde a extensão tem cumprido maioritariamente a função de difusão e transmissão de conhecimentos a partir de cursos, eventos e através da prestação de serviços. No Brasil, há mais de quatro décadas que incluiu e reconheceu legalmente na sua Constituição de 1988 (art. 207º) a indissociabilidade da extensão com as demais funções da Universidade.

Historicamente, a Universidade sempre foi adversa à mudança, preferindo uma postura de isolamento e conservadorismo, articulando-se apenas com alguns grupos da sociedade. Como refere Santos (1994), sempre que eram dados passos no sentido da abertura da universidade ao exterior, a instituição era alvo de fortes críticas, o que conduziu a que muitos dos programas orientados para a minoração dos problemas sociais fossem cancelados e as iniciativas sendo reduzidas às ligações com a indústria e o mercado.

Importa por isso, distinguir as actividades de extensão universitária socialmente responsável, pois nem todas o são. Assim este tipo de extensão visa fins sociais e académicos, é direccionada a grupos excluídos e minoritários (que não têm capacidade para influenciar e / ou financiar a Universidade) e orienta o ensino e a investigação para a solução de problemáticas sociais e de Desenvolvimento.

Jezine (2004) define três concepções de extensão: assistencialista; mercantilista; social e académica. A concepção social académica caracteriza-se por ser socialmente responsável e por ser a melhor que serve os propósitos de um processo de desenvolvimento local (Coelho, 2010).

A concepção social e académica interliga as funções de ensino e de investigação, pois enriquece e alimenta estas, ao articular a formação e a qualificação profissionais dos estudantes com valores de cidadania, de solidariedade e de desenvolvimento humano integral, e simultaneamente, orientar a investigação para a resolução de

problemas sociais, alinhada a modelos e processos de desenvolvimento através da construção social do conhecimento.

Sendo a concepção de extensão mais contemporânea nas universidades, ela detém os seguintes princípios: (1) acção transformadora da realidade, (2) interacção social, (3) promoção da interdisciplinaridade e; (4) integração ensino, investigação e extensão.

Esta concepção assenta ainda na fertilização da organização política, da autonomia e do *empowerment* de grupos excluídos, especialmente por atender interesses populares ou apoiar a superação de obstáculos estruturais e contextuais característicos nestes grupos que por norma perdem a sua autonomia e a capacidade de organização e articulação colectiva.

Este tipo de concepção, que também o é socialmente responsável, está presente nos programas ou projectos de extensão promovidos por parte de algumas incubadoras universitárias.

### **3. Modelos de Incubação e as especificidades das incubadoras universitárias**

Neste ponto vamos explicitar o conceito de incubação e quais os modelos de incubação existentes que diferem segundo os seus promotores, os seus destinatários ou públicos “incubados” e segundo a metodologia utilizada.

Para se melhor perceber o termo incubação usamos o exemplo das incubadoras hospitalares que servem para apoiar o crescimento e o desenvolvimento de recém-nascidos em estado de saúde fragilizado, geralmente devido ao seu nascimento prematuro. As incubadoras hospitalares têm como objectivo criar as condições óptimas e necessárias para que os recém-nascidos possam crescer num ambiente mais protegido e seguro evitando assim aumentar a taxa de mortalidade infantil.

Fazendo o paralelismo com o caso das incubadoras empresariais, públicas e universitárias, estas foram também pensadas para apoiar o crescimento e o desenvolvimento de empresas, organizações e associações recém-criadas, de empreendedores individuais ou colectivos que constituíram recentemente negócio, ou ainda, para apoiar todas estas entidades que se encontrem num estado frágil quanto à sua sustentabilidade e crescimento.

Neste ambiente de incubação estas entidades têm acesso facilitado e privilegiado a recursos (humanos, financeiros, logísticos, etc.), à obtenção de sinergias e parceiros vários, a assessoria técnica e científica, a serviços de gestão, comunicação, consultoria, jurídicos, etc.

Desta forma as incubadoras têm como objectivo fortalecer e proporcionar às iniciativas incubadas um crescimento mais sustentável e uma maior perenidade (tempo de vida).

As primeiras a surgir foram as incubadoras empresariais, também conhecidas como “ninhos de empresas”. Em Portugal a sua disseminação é grande de norte a sul do país.

Mais recentemente, promovido por entidades governamentais estão a surgir as incubadoras públicas (o caso mais visível em Portugal é o IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional que apoia a empregabilidade através de convénios que estabelece com diversos ninhos de empresas) ou por entidades autárquicas ou municipais (a Câmara Municipal de Lisboa através do Departamento de Acção Social está a preparar o lançamento de uma incubadora pública direccionada para organizações da Economia Social ao invés de micro-empresários como o caso do IEFP).

É no Brasil que podemos encontrar um maior número de incubadoras públicas, normalmente sedeadas em centros públicos de economia solidária, inseridas na agenda das recém-criadas políticas públicas de economia solidária de alguns governos municipais e estaduais brasileiros.

Tradicionalmente, a incubação esteve sempre virada para o sector empresarial ou para a indústria. O mesmo acontece com as universidades que maioritariamente têm direccionado a sua actuação e a sua agenda científica para estes segmentos (os que detêm capacidade de financiar, pressionar e aceder à Universidade) em detrimento de outros segmentos da sociedade (tais como a sociedade civil, grupos populares ou excluídos, cidadãos individuais, comunidades com alto grau de exclusão, etc.). Assim, estes últimos não têm sido priorizados nas agendas de ensino, de investigação e de extensão das universidades.

As universidades seguindo esta tendência da incubação empresarial e com o objectivo de realizarem uma aproximação com as empresas e de descentralizarem e disseminarem o desenvolvimento tecnológico por elas produzido, criaram também no seio incubadoras. A entidade promotora passar a ser neste caso as universidades, que criam espaços para abrigar empresas oferecendo-lhes uma estrutura para estimular, agilizar, ou favorecer a transferência de resultados de investigação para actividades produtivas, para que as empresas estejam melhor preparadas para enfrentarem a competição do mercado (França Filho, Cunha, 2009: 727).

No caso português encontram-se muitos destes exemplos de incubação, mas a título de exemplo destacamos a experiência dos spin-offs da Universidade do Minho. É uma incubadora universitária que transforma os resultados da investigação e

inovação produzidos pela Universidade em novas oportunidades de negócio apoiando a criação de empresas tecnológicas por parte de estudantes, professores, investigadores, passando estes a usufruir durante a fase de incubação, de um conjunto de serviços, infra-estruturas e apoios concedidas pela sua universidade de origem.

Porém, se este tipo de incubação universitária (sendo da maior importância) tem como foco outro tipo de destinatários (a empregabilidade e o empreendedorismo académico) ela continua a privilegiar a inserção competitiva no mercado de trabalho tendo como produto final a criação de empresas.

Cabe agora falar de uma experiência de incubação universitária - a incubação no campo da economia solidária - em franca expansão no Brasil (principalmente nas universidades públicas, existindo mais de 130 universidades e com mais de 300 experiências).

Esta é feita por alunos, professores e investigadores, através de programas de extensão (promovidos por Pró-Reitorias e núcleos de extensão ou pelas mais diversas Faculdades), tipicamente de extensão socialmente responsável como caracterizamos anteriormente, e que por sua vez, tem como destinatários populações e organizações populares e de Economia Solidária.

Estas incubadoras reforçam e disseminam os conceitos de Economia Solidária (Eco-Sol), de cidadania, de auto-gestão, de cooperativismo, de democracia participativa, de participação e de empowerment individual e colectivo, entre outros.

Eles disponibilizam conhecimentos das mais diversas áreas e disciplinas aos destinatários “incubados” por exemplo, o conceito e prática de cooperativismo que requer a realização de actividades de capacitação, formação, legalização, fiscalidade, planeamento, gestão e ferramentas e competências profissionais específicas.

As incubadoras universitárias enriquecem e ampliam as experiências trazidas para dentro da Universidade, bem como criam novas modalidades e ferramentas de gestão para organizações comunitárias, ao (re) pensarem modalidades de gestão e criarem conhecimento de base tecnológico apropriados a realidades específicas de organizações comunitárias.

Assim, este tipo de incubação dirige o desenvolvimento da investigação tecnológica para o trabalho ou a sociedade, invertendo uma lógica tradicional de investimento direccionado ao mercado. Na figura abaixo apresentamos os vários modelos de incubação, nomeadamente o de tipo de incubação de empreendimentos populares, onde se destaca o movimento das ITCP (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e a ITES/UFBA (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Bahia):



Fig. 1 - Diferentes modelos de incubação e de incubação universitária de empreendimentos de EcoSol.

Sinteticamente, enumeramos algumas das diferenças entre incubação empresarial e incubação universitária de empreendimentos populares, relativamente aos:

- **destinatários** > indivíduos ou organizações populares (associações, cooperativas, ONG,...) em territórios com alta vulnerabilidade e exclusão social
- **fins** > desenvolvimento de pesquisa tecnológica (tecnologia social) para problemas sociais
- **encargos** > iniciativas isentas de taxas e royalties (direitos de propriedade intelectual)
- **localização** > iniciativas situadas fora das instalações das incubadoras
- **princípios de actuação** > ênfase em processos comunitários, democráticos e de auto-gestão

Destacamos agora as principais convergências e diferenças entre as ITCP e a ITES/UFBA:

Ambas são programas de extensão universitária, baseando-se as suas actividades nos princípios da EcoSol, dirigindo-se exclusivamente a indivíduos ou organizações populares em territórios com alta vulnerabilidade e exclusão social, contribuindo para tirar muitos deles da informalidade e da precariedade.

O que difere as ITCP da ITES / UFBA é essencialmente a metodologia de incubação. As ITCP têm carácter pontual “incubando” os empreendimentos (cooperativas, associações, experiências, etc.) de forma isolada e não articulada, vivenciando estes as mesmas dificuldades que as micro e pequenas empresas em competir no mercado, ocorrendo uma taxa elevada de mortalidade nos primeiros anos de existência.

Já a metodologia da ITES / UFBA pretende dirimir algumas destas dificuldades ao priorizar a incubação de um “território ou de uma comunidade” através da criação de redes locais de economia solidária. Por outras palavras, a ITES/UFBA visa a promoção

do Desenvolvimento Local, através do apoio ao processo de auto-organização e reorganização das economias locais, bem como, apoio na criação e gestão por parte comunidade de Empreendimentos de EcoSol que formarão a rede local. Desta forma a ITES/ UFBA visa a criação de emprego e actividade económica com os recursos locais existentes apoiando o processo de desenvolvimento da comunidade ou território incubado.

#### **4. A Incubadora universitária da Universidade Federal da Bahia (ITES / UFBA)**

A ITES/UFBA é uma prática de extensão universitária que contribui na produção colectiva de tecnologia social para a criação de trabalho, de actividade económica e de desenvolvimento local de territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social.

A proposta de incubação da ITES/UFBA é feita a partir de uma relação de dialogismo e de interacção entre actores da Universidade (professores, técnicos e estudantes) e sujeitos sociais de contextos territoriais específicos (moradores, profissionais, lideranças comunitárias, representantes dos poderes públicos e outras instituições locais).

No início a incubadora era composta por 5 pessoas (1 coordenador geral e 4 estudantes bolsistas). Actualmente conta com mais de 30 pessoas (1 coordenador geral e 1 coordenador executivo que são ambos professores, 3 técnicos administrativos, 4 coordenadores de equipa e cerca de 21 estudantes bolsistas) envolvidas em mais 4 projectos em fase de incubação, situados em contextos e realidades distintas (uma comunidade numa cidade periférica de Salvador, uma favela em Salvador, uma vila rural e uma ex-cidade colonial).

A base conceptual de Desenvolvimento Local na ITES está pensada a partir da óptica da EcoSol, que articula a dimensão desenvolvimento sectorial de um território à ideia de uma outra organização económica, onde a sustentabilidade é vista a partir da transversalidade e articulação de múltiplas dimensões (sociais, políticas, económicas, etc.) onde a dimensão mercantil não ocupe a centralidade. O processo de desenvolvimento local deve estar assente na “reorganização das economias locais”, assente na criação de redes locais de economia solidária.

Uma rede de economia solidária significa:

“uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações económicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos. São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza:

- permitir a sustentabilidade dos empreendimentos/iniciativas de economia solidária em particular;
- fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio processo de desenvolvimento.” (França Filho, 2008: 224)

Esta rede envolve diversos empreendimentos de de base colectiva e de índole comunitária, entre formas sócio-produtivas e sócio-organizativas mas também as iniciativas de natureza sócio-cultural, sócio-política e sócio-ambiental.

A actuação da incubadora pretende fortalecer o tecido **socioeconómico** com a criação de iniciativas colectivas e comunitárias de organização **política** (via fortalecimento do associativismo local); de coesão **social** (via fortalecimento dos laços de solidariedade entre os moradores); de afirmação **cultural** (via resgate das tradições e memórias da sua própria história); de sustentabilidade **ambiental** (preservando o ecossistema local); de dimensão **educativa e formativa** (via emancipação, *empowerment*, processos de auto-gestão,...); e de gestão do **conhecimento** (via apropriação de novas tecnologias de informação).

Esta nova forma de regulação económico-social, visa garantir a sustentabilidade e perenidade dos iniciativas empreendimentos, pois assim que são constituídos, vão sendo articulados, reorganizados e integrados numa rede local:



Fig. 2 - Incubação “territorial” de Redes Locais de Economia Solidária

Metodologicamente, a construção da rede dá-se a partir da construção de um Centro Associativo de Economia Solidária (CAES) que engloba: uma associação ou entidade local representativa; um infocentro; um banco comunitário de desenvolvimento e; um núcleo cooperativo (ver figura 2).

A suportar a criação da rede existe um tripé que consiste nos financiadores (empresas ou consórcios de empresas geralmente a operar nas imediações do local), a Universidade com a equipa de estudantes e professores a apoiarem todo o processo de incubação. Neste processo a comunidade é o principal protagonista. Muitas vezes estas comunidades sabem o que precisam mas não sabem como pôr em prática de uma forma estruturada e organizada consistindo o apoio da UFBA a consolidar e a estruturar as ideias, saberes e estratégias locais já existentes.

Resumidamente, são 3 as etapas para se ter um processo de incubação completo:

Etapa 1: Diagnóstico e planeamento do processo de construção da rede de economia solidária, com a constituição dos primeiros empreendimentos de EcoSol em fase experimental;

Etapa 2: Implantação da rede de economia solidária, através da constituição e funcionamento dos empreendimentos e iniciativas;

Etapa 3: Consolidação das iniciativas e expansão da rede.

No decorrer destas três etapas ocorrem simultaneamente quatro eixos de intervenção: a formação, a pesquisa, o planeamento e a experimentação.

Com as redes locais de Economia Solidária criam-se circuitos de comercialização próprios de produção de bens, serviços e consumo (entre produtores e consumidores) pela “construção conjunta da oferta e da procura”, onde a procura consiste no levantamento de necessidades reais locais que prontamente serão satisfeitas pela oferta de produtos e serviços criados para esse efeito.

Para tal é necessária a mobilização e capacitação dos actores locais, envolvendo, em seguida, um processo de discussão pública dos seus problemas comuns, juntamente com a realização de diagnósticos sobre a situação socioeconómica local. É, assim, que se busca orientar a partir do planeamento e da experimentação, a criação de actividades em função de necessidades reais locais expressas em fóruns associativos locais de discussão.

Dois empreendimentos são de notória importância no funcionamento da rede local: (1) o banco comunitário de desenvolvimento que dinamiza a dimensão socioeconómica no local através da oferta de créditos para consumo e produção individual ou colectiva a baixos juros e (2) o fórum de desenvolvimento comunitário que dinamiza a dimensão sociopolítica. Este fórum é um mecanismo de democracia participativa, sendo um espaço público de discussão colectiva dos rumos e estratégias locais onde se reúnem os mais importantes segmentos da comunidade (escola, pescadores, comerciantes, prefeitura, quadrantes religiosos, etc.) para a população discutir conjuntamente as soluções para os seus próprios problemas.

## 5. As possibilidades da Economia Solidária em Portugal - uma metodologia experimental de incubação associativa

Dentro do campo de possibilidades da Economia Solidária em Portugal apresenta-se uma iniciativa de **incubação associativa**, que difere dos modelos de incubação anteriormente apresentados, promovida pela Conectar Desenvolvimento & Inovação - Associação.

È promovido por uma associação (em vez de entidades empresariais, governamentais ou universitárias) e reúne na sua metodologia os princípios de incubação das ITCP e da ITES / UFBA. Assim, a proposta é promover uma incubação de organizações e iniciativas de Economia Social e Solidária (associações, ONG, Fundações, IPSS...) em redes locais / regionais e nacionais.

Esta iniciativa experimental de metodologia de incubação de organizações de Economia Social e Solidária encontra-se ainda em fase de lançamento experimental e tem como principal objectivo o fortalecimento da coesão e cooperação institucional recíproca as organizações, através do fomento do *networking*, do intercâmbio e da cooperação entre si.

Assim, a metodologia de incubação propõe a criação de uma rede local e nacional para a experimentação de novos modos de acção colectiva intra e inter-sectorial tendo por base o desenvolvimento dos seguintes conceitos de Voluntariado Inter-Organizacional, Voluntariado Universitário e Voluntariado Empresarial:



Fig. 3 - Iniciativa experimental de metodologia de incubação associativa

Metodologicamente, a construção da rede dá-se a partir da mobilização e selecção das organizações para comporem a rede escolhidas em cidades diferentes. Posteriormente, cria-se uma rede local (dentro da cidade) e uma rede nacional (com as várias cidades) e capacita-se os membros das organizações para implementarem entre si o Voluntariado Inter-Organizacional (semelhante ao um Banco do Tempo,

sedimentando-se a cooperação e a coesão institucional, onde os pontos fortes de uma organização devem suprimir os défices de outras. Na prática, traduz-se na disponibilização voluntária de recursos humanos entre organizações de envio e acolhimento, que se dispõem a unificar e partilhar objectivos, recursos, competências e conhecimentos comuns.

A apoiar esta rede, constitui-se a rede de voluntariado universitário composta de estudantes de Gestão/Economia (membros da AIESEC ou outras associações de estudantes semelhantes) que colaboram na execução de um diagnóstico de necessidades e realizam consultoria na área de gestão ou outras que visem colmatar as necessidades apreendidas no diagnóstico. Numa primeira fase é dinamizado pelo voluntariado universitário devendo ser substituído pela extensão Universitária, uma vez que esta ainda não está institucionalizada nas universidades portuguesas.

Por último, o anel de voluntariado empresarial é liderado por uma empresa que disponibiliza recursos humanos via horas de voluntariado para a prestação de apoio técnico, serviços, formação, estabelecimento de parcerias, etc.

## 6. Conclusão

Neste início de século um dos grandes desafios que se coloca à Universidade diz respeito à sua capacidade em acompanhar e responder às solicitações e às exigências externas vindas dos vários grupos da sociedade.

Um exemplo de um novo fazer universitário é o movimento crescente das incubadoras universitárias, que através de uma extensão socialmente responsável, contribui:

- com modelos alternativos de Desenvolvimento (local) onde a economia de mercado não ocupe a centralidade e a exclusividade nos processos de desenvolvimento.
- para a organização, a articulação e a sustentabilidade de iniciativas de base colectiva, solidária e comunitária em territórios com alto grau de vulnerabilidade,
- para processos democráticos, participativos, emancipatórios e de auto-gestão,
- para a promoção da concertação e articulação de actores estratégicos assentes numa tríade composta por Universidade, Empresas/Consórcios e Comunidades,
- para o debate e reflexão de estratégias e políticas de DL no seio da academia e simultaneamente serve de aporte à formulação de políticas públicas nestes domínios.

Espera-se que este Colóquio seja um ponto de viragem e de afirmação da Extensão Universitária e da expansão e fortalecimento da Economia Social e Solidária em Portugal, exercendo as universidades um papel muito significativo neste âmbito, con-

tribuindo afirmativamente na formulação de soluções e respostas a necessidades contemporâneas, nomeadamente, no combate ao desemprego e à exclusão social e ao endividamento crescente das organizações da Economia Social e Solidária.

## 7. Bibliografia

- Coelho, Hugo P. (2010), *Para uma Universidade Socialmente Responsável. A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local. Estudo Exploratório da ITES - UFBA*, dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE-IUL.
- França Filho, Genauto (2008), “A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local”, *Organizações & Sociedade*, XV (45), pp. 219-232
- França Filho, Genauto, e Eduardo Cunha (2009), “ Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: Lições e Aprendizados a Partir da Experiência do Projeto Eco-Luzia e da Metodologia da ITES/UFBA”, *Organizações & Sociedade*, XVI (51), pp. 725-747.
- Jezine, Edineide (2004), “As práticas curriculares e a extensão universitária”, em *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, 12 a 15 de Setembro de 2004, Belo Horizonte, s.n.
- PRONINC (2007), *Diagnóstico e Impactes do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*, Rio de Janeiro, FASE.
- Santos, B. Sousa (1994), “Da ideia de universidade à universidade de ideias”, em *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 163-201
- Thiollent, Michel (2002), “Construção do conhecimento e metodologia da extensão”, comunicação apresentada no I CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária realizado em João Pessoa, Brasil, em 10 de novembro de 2002.